

A (IN)DISCIPLINA NA ESCOLA PÚBLICA: UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS ATUAIS¹ *

Dorotéa Pascnuki Szenczuk **

No mundo globalizado em que nos encontramos inseridos, cotidianamente estamos envolvidos em questões que há pouco tempo atrás pareciam típicas de um mundo imaginário: robótica, clonagem, internet, mídia, consumismo excessivo...

Diante de tantas transformações, a cada dia cresce a necessidade de promover mudanças profundas também no processo de formação humana. Este contexto traz para os educadores da escola pública grandes desafios no que se refere a função histórica de ensinar.

O aluno que está na escola, atualmente, sofre toda ordem de influências e mostra novas configurações na sua maneira de ser. Esse aluno, produto de novas relações, novas formas de cultura, novas formas de ver o mundo ditadas pela mídia, pela evolução tecnológica, pelo consumismo, pela violência, pela injustiça social, exige do educador novos olhares, novas posturas.

Em decorrência disso as situações que são enfrentadas em sala de aula pelo professor levam-no, muitas vezes, a surpresas e à tomada de consciência de que não conhece e não discute as questões fundamentais que determinam a existência desse “novo” aluno.

Se por um lado as muitas e rápidas transformações sócio-históricas e culturais das últimas décadas veiculam discursos que pregam a necessidade de uma vivência civil mais democratizante e pluralista, por outro lado, elas têm sido

¹ * Este artigo está relacionado ao trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa: Saberes, Culturas e Práticas Escolares da UFPR, sob orientação da Professora Dr^a Tania Braga Garcia.

** Mestranda em Educação, pedagoga, especialista em Organização do Trabalho Pedagógico e atualmente Supervisora Escolar na da rede estadual de ensino. Email: dorops@uol.com.br

tomadas, não raras vezes, como motivo de instabilidade e portanto, de exasperação para os homens de fim/início de século.

Um grande impasse que tem sido historicamente enfrentado pela educação brasileira e tem colocado o país numa posição desfavorável no ranking mundial sobre qualidade de ensino, é o fracasso escolar. Embora muito se discuta sobre o insucesso dos alunos – expresso em termos de evasão e reprovação ou a baixa qualidade do ensino – chamada de fracasso dos incluídos, processos entendidos como faces da mesma moeda, pouco se avança no sentido de amenizar tal problema. Isto contribui para uma indefinição de parâmetros por parte dos educadores além de, também constituir-se em mais uma prova de que a escola precisa repensar suas práticas

Na história pedagógica brasileira, na década de 30, Lourenço Filho já denunciava este problema. A partir disso, várias análises têm sido feitas apontando diferentes enfoques para o fenômeno do fracasso.

Recentemente, na década de 60, sob a perspectiva dominante da psicologia, a escola começa a trabalhar as “faltas”, as “carências” e as “diferenças” apresentadas pelos alunos das classes populares. A este propósito, proliferaram os programas compensatórios, voltados a cobrir os problemas causados pelo empobrecimento nacional do país. Porém, a merenda escolar, as classes de reforço, as classes especiais não deram conta de minimizar o fracasso.

Na década de 80 o grupo das teorias crítico-reprodutivistas, representadas pelos sociólogos em diferentes versões como a Teoria do Sistema de Ensino Enquanto Violência Simbólica (BOURDIEU e PASSERON, 1975), a Teoria da Escola Dualista (BAUDELOT e ESTABLET, 1971) e a Teoria da Escola Enquanto Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER), desenvolveram análises nas quais chegam à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere.

Nesse período, todas as tentativas de reformulação no sentido de amenizar o fracasso, foram analisadas do ponto de vista de tais teorias, tornando

mais explícito o papel que a escola desempenha nas sociedades capitalistas: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista. Essas teorias reprodutivistas afirmam que a escola não pode ser diferente do que é; na verdade, o aparente fracasso é um êxito, pois o que se julga como disfunção - o fracasso, a exclusão - aqui é função precípua da escola.

A crítica a essa forma de compreender o fracasso levou a busca de outra forma de leitura dessa problemática pois entende-se que todas as abordagens utilizadas não foram suficientes para explicar convincentemente e nem contribuir para amenizar o fenômeno do fracasso em questão.

CHARLOT (2000, p.16) diz que “o fracasso escolar’ não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado ‘fracasso escolar’ ”.

A partir das novas possibilidades de estudo dessa temática, optou-se neste trabalho por uma “leitura positiva” do fracasso escolar. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que:

Ante um aluno que fracassa num aprendizado, uma leitura negativa fala em deficiências, carências, lacunas e faz entrar em jogo os processos de reificação e aniquilamento [...] uma leitura positiva se pergunta “o que está ocorrendo” qual a atividade implementada pelo aluno, qual o sentido da situação para ele, qual o tipo das relações mantidas com outros, etc. A leitura positiva busca compreender como se constrói a situação de um aluno que fracassa em um aprendizado e, não, “o que falta” para essa situação ser uma situação bem sucedida. (CHARLOT, 2000, p.30)

Atrelada a esta questão do fracasso uma outra tem sido apontada por diferentes autores como um grande problema do sistema escolar em diferentes países. Trata-se da indisciplina, que foi tomada como tema da investigação para a elaboração de dissertação de mestrado.

Se a indisciplina produz efeitos negativos em relação à socialização e aproveitamento escolar dos alunos, ela produz igualmente efeitos negativos em relação aos docentes. Embora menos evidentes e imediatos, esses efeitos não são menos nocivos, pelo que a indisciplina constitui hoje, juntamente com o insucesso escolar, o problema mais grave que a escola de hoje enfrenta em todos os países industrializados.(ESTRELA,1994, p.97)

Tais idéias permitem relacionar a questão do fenômeno disciplinar não só às questões atuais levantadas ao início do texto, mas também apontar para a necessidade de um recorte de pesquisa no qual se priorize a relação existente entre esta e o fracasso escolar pois este problema afeta alunos, professores e o processo de ensino em sua totalidade e tem se constituído em um entrave para o aprimoramento da educação brasileira. Nestes termos, a (in)disciplina também precisa ser incluída nas discussões pois

“a manutenção da disciplina constitui com efeito uma preocupação de todas as épocas, como já testemunham vários textos de Platão, como o ‘Protágoras’ ou as ‘Leis’. E se lermos as ‘Confissões’ de Sto Agostinho, constatamos como a sua vida de professor era amargurada pela indisciplina dos jovens que perturbavam a ‘ordem instituída para seu próprio bem’ .” (ESTRELA,1994, p.11)

Na verdade, para os educadores atuais, o fenômeno da indisciplina apresenta-se como um novo problema e estes tentam buscar, ainda que de modo impreciso e pouco efetivo, explicações para a existência de tal manifestação. Muitas explicações e justificativas são eleitas por eles como verdadeiras.

Alguns professores sentem falta das práticas despóticas e coercitivas da escola de outrora; outros vêem a indisciplina como reflexo da pobreza e da violência presentes na sociedade, de um modo geral; outros ainda atribuem o comportamento sem limites do aluno, à educação recebida na família. Outros tantos parecem compreender que a manifestação de maior ou menor indisciplina, no cotidiano escolar, está relacionada aos traços de personalidade de cada aluno; uma outra maneira ainda de justificar as causas da indisciplina na escola,

bastante presente no ideário educacional, é tentar associar o comportamento indisciplinado ao desinteresse do aluno pelas atividades escolares.

Essas tentativas de justificar a indisciplina e o o fracasso a ela relacionado não alteram os rumos e os efeitos do trabalho escolar, além de, muitas vezes reforçar preconceitos e falsos conceitos tão comuns no cotidiano da escola.

A afirmação de que a escola de hoje tornou-se muito permissiva, em relação à educação de antigamente pode ser logo refutada pois a escola elitista de outrora era basicamente militar ou religiosa. Esta escola propiciava para uma parcela reduzida da população uma escolaridade mínima longe do tempo mínimo obrigatório de 8 anos, que hoje se busca. Também se pode afirmar que a suposta escola de excelência de outrora funcionava, na maioria das vezes, com base em ameaças e castigos, onde o respeito do aluno era fruto de submissão e obediência cega a uma hierarquia. A indisciplina em questão estaria sinalizando, então, para uma necessidade legítima de transformações no interior das relações escolares especialmente da relação professor-aluno.

A preocupação com a imposição de limites na educação dos jovens é uma questão complexa na sociedade atual. Este também é um fator freqüentemente apontado pelos professores como causa de indisciplina entre os alunos e na relação com os professores e a escola. Também foi essa a questão apontada em pesquisa² anteriormente realizada indicando-se a necessidade de realizar “ trabalhos com pais, professores e alunos, no sentido de discutir os limites necessários para que se possa desenvolver um processo educativo mais coerente do indivíduo, na sociedade atual. (FONSECA; SZENCZUK, 2001, p.20)

Embora este não seja um problema apenas da escola pública, a questão dos limites, no que se refere aos pais, também aparece. É conhecida, pelos professores, a prática dos pais de delegar e cobrar da escola a imposição de limites, que em casa não conseguem resolver.

O psicólogo IVES DE LA TAILLE (1999), faz uma reflexão sobre o conceito de “limite”. Ele aborda o tema de três formas diferentes e complementares: a

primeira: pensar os limites como fronteiras a serem transpostas, tanto para a maturidade quanto para a excelência, especialmente as virtudes morais. A segunda: pensá-los como fronteiras a serem respeitadas, portanto não transpostas, questão central para a moralidade. A terceira: pensar os limites como fronteiras que a criança deve construir para proteger sua intimidade e privacidade.

Nessas abordagens, o autor enfatiza tanto os aspectos de desenvolvimento infantil quanto de educação. Mas “limite”, no sentido comumente empregado, que interessa aos educadores em geral e que serve também para expressar uma queixa em relação à geração mais jovem, é o enfatizado na segunda forma: a fronteira que não deve ser transposta, a demarcação de um domínio que não deve ser invadido.

Segundo LA TAILLE o limite como fronteiras a serem transpostas, (primeira forma) na verdade tem sufocado a maioria das crianças de hoje, pois elas são convidadas a permanecer em seu “mundo” infantil ou adolescente, o que vem a reforçar o seu egocentrismo. O limite, apontado na segunda forma, que é uma imposição física ou normativa, refere-se a educação, ao processo civilizatório e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um estado selvagem onde vale a lei do mais forte”.

A não colocação de limites pode tanto ser prova de humildade como de descompromisso em relação aos filhos, aos alunos e ao futuro do mundo. Muitos jovens acabam se queixando da posição de seus pais e educadores, na falta de imposição de limites, interpretando suas atitudes como ausência, como falta de preocupação e afeto.

Esta forma de compreender a ausência de limites foi constatada em investigação³ realizada quando os alunos afirmam que os professores devem ser mais severos, punir mais e ser rigorosos com os alunos em sala. Apontam como solução para o problema de alunos indisciplinados, a necessidade da escola chamar sua família para conversar sobre os problemas de seus filhos.

² Pesquisa monográfica desenvolvida pela autora. Ver FONSECA E., SZENCZUK, D.P. (2001, p.20)

³ Ver FONSECA E., SZENCZUK, D.P. (2001, p.20)

Esse problema da falta de limites está expresso e discutido por especialistas em reportagem do jornal GAZETA DO POVO (1997,p.2), publicada após o acontecimento de cinco crimes bárbaros, que chocaram toda a população e foram praticados por adolescentes, alguns deles da classe média alta , nenhum possuindo antecedentes criminais e apenas um suspeito de ser usuário de drogas.

Essa reportagem mostra como a preocupação com a imposição de limites na educação de filhos tem sido uma constante entre pais, psicólogos e educadores. Silvia Grassano relata que a maioria das famílias, crianças e jovens que freqüentam seu consultório, são levados por sintomas cuja origem é a falta de limites, inclusive na escola. Esses sintomas variam desde o uso de drogas, alcoolismo, delinqüência ou dificuldade escolar.

É importante que pais e educadores em geral, percebam que podem estar criando uma geração de prazer sem custos, pois muitos perderam a noção da medida de limite. A conseqüência direta disso é a indisciplina globalizada e a escola, instituição também responsável pela educação das crianças, está absorvendo boa parte dessa situação não conseguindo resolver questões tão complexas e historicamente enraizadas nas crianças/adolescentes.

Se, por um lado, é praticamente impossível não reconhecer que essa questão dos limites no espaço familiar está, de fato, dificultando o trabalho escolar, por outro lado, a família não é a única responsável pela educação da criança e do jovem.

A escola também se constitui, ainda em nossa sociedade, num espaço e num tempo especiais para a produção de sujeitos e de subjetividades. O que ela faz do período de tempo que dispõe e dentro dos limites de seu espaço, tem múltiplos significados. É também no trabalho da escolarização e socialização que os sujeitos constroem suas respostas, suas resistências e adesões, fazendo-se a si mesmos.

Nestes termos também não se pode esquecer de que, ao chegar na escola, as crianças já conhecem e já têm registro de algum tipo de vivência onde se cumprem determinadas regras estabelecidas e rígidas. Independentemente da

classe social, a convivência supõe a existência de algumas regras claras, para todos os sujeitos, ainda, a presença de regras é percebida nos jogos e brincadeiras das crianças desde a mais tenra idade.

No entanto, ao se considerar o trabalho escolar, no interior da sala de aula observa-se a dificuldade de se manejar normas e regras, pelos professores e pelos alunos, na direção de obter-se um ambiente favorável, entre outras formas indicadas para a escola atual, ao desenvolvimento do ensino, ao estímulo da curiosidade, ao espírito de investigação e da descoberta.

Alguns educadores argumentam que a educação familiar, muito permissiva, cria obstáculos para o professor em sala de aula. Analisando essa afirmativa percebe-se que essa questão está diretamente ligada a funções e competências distintas da família e da escola: aluno não é filho e professor não é pai. “No caso da família, o que está em foco é a ordenação da conduta da criança, por meio da moralização de suas atitudes, seus hábitos; no caso da escola o que se visa é a ordenação do pensamento do aluno, por meio da reapropriação do legado cultural, representado pelos diferentes campos do conhecimento em pauta”.(AQUINO, 1996, p.192)

Nesse sentido pode-se compreender a indisciplina do aluno como uma espécie de termômetro da própria relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções.

Quanto ao desinteresse e apatia, apresentados pelos alunos, em relação à escola, os professores freqüentemente apontam como causa, a falta de modernização dos recursos didáticos e assuntos mais atuais. Segundo AQUINO (1996, p.195), esse tipo de raciocínio mais de cunho metodológico, não é bem compreendido no meio educacional. Devemos ter claro que a escola tem como objetivo principal a apropriação do conhecimento acumulado em certos campos do saber, que constitui as diversas disciplinas de um currículo.

Do que se apresentou até aqui, pode-se afirmar que no meio escolar entendemos que é preciso uma compreensão mais aprofundada da problemática da disciplina, que precisa ser revista e discutida nas suas significações dentro do

atual contexto escolar, pois percebe-se que estamos longe de assumir um significado consensual no que se refere as práticas pedagógicas, particularmente no que se refere à indisciplina e ao fracasso escolar.

Existem muitas indagações inadiáveis com relação a relevância da escola, do conhecimento e do estudo, inclusive para os próprios educadores que se na qualidade de profissionais privilegiados da educação, tiverem clareza quanto ao seu papel e valor de seu trabalho, poderão fazer uma leitura diferente sobre as questões do cotidiano da sala de aula e as possíveis estratégias de enfrentamento das dificuldades aí existentes.

Alguns trabalhos têm sido realizados abordando a problemática da disciplina/indisciplina de maneira geral, sob vários enfoques, e podem se constituir em ponto de partida para a discussão desse tema.

É de fundamental importância destacar o trabalho de FARIA (1994) que em sua dissertação de mestrado examina a questão das relações entre educação e disciplina. O autor faz uma análise dos discursos produzidos por professores e pesquisadores brasileiros, tomando como objeto teses e livros sobre a questão, mostrando a existência de dois modelos interpretativos :

um que faz a análise privilegiando a categoria poder e tematiza as correlações desse mesmo poder com a vivência do problema da disciplina na escola, centrando seu foco na crítica e denúncia do autoritarismo tomando como referência a obra de Michel Foucault. Outro que efetua a problematização da questão pela via da consideração das relações interpessoais e toma como referência o quadro das formulações teóricas que dão base ao pensamento escolanovista, privilegiando a categoria espontaneidade.

O trabalho se encerra com a tentativa de indicar os limites contidos nesses dois padrões interpretativos, responsáveis, em parte, pela generalização de posturas que desqualificam e desautorizam a prática da disciplina como elemento indissociável da educação e como componente imprescindível a uma ação educacional que quer se orientar na direção de contribuir para a transformação da realidade. (FARIA, 1994, resumo)

A pesquisa do autor é de grande relevância pois traz uma grande contribuição no sentido de fornecer elementos de análise para esclarecer os

equivocos que têm levado à desqualificação e desautorização da disciplina. Ele menciona que o fato dos educadores, ao procurarem exorcizar o poder e a autoridade; ou não reconhecer o valor da ação que seja determinada de fora para respeitar a espontaneidade da ação do indivíduo, acabam contribuindo para a conservação do status quo, na medida em que acabam ajudando a pôr em funcionamento uma educação que não educa.

O levantamento bibliográfico feito por LIMA (1999, p.4), aponta vinte pesquisas sobre a temática, nas quais dois tipos de abordagem predominam. A primeira refere-se a dimensão social do problema da indisciplina nas escolas, agrupando trabalhos que elaboram uma espécie de denúncia do caráter violento da disciplina imposta às crianças e adolescentes e portanto, analisam a indisciplina como uma forma de resistência dos alunos a essa sujeição.

A segunda abordagem privilegia a perspectiva psicológica e procura propor alternativas para a resolução das dificuldades enfrentadas pelos professores quanto a manutenção desta em sala de aula.

No entanto, a autora também aponta no levantamento, uma outra abordagem ainda que em número bem reduzido de trabalhos, na qual a própria autora se coloca. Em seu trabalho ela examina a questão buscando identificar, sob a perspectiva histórica, quais as recomendações e explicações utilizadas para o problema da indisciplina nas escolas públicas primárias, presentes nos discursos, através de exame de revistas e manuais de Didática da época em questão.

Já mais recentemente ROURE (2000), em sua dissertação de mestrado, categoriza as produções realizadas no Brasil nas duas últimas décadas. A autora tem o cuidado de não desconsiderar as diferenças de abordagens ou de tratamento teórico dado ao objeto numa mesma vertente e faz um agrupamento segundo suas similaridades, apontando para uma compreensão dos vários dimensionamentos conceituais dados à discussão da indisciplina na escola.

Ao analisar os diferentes enfoques teóricos que marcaram historicamente o debate sobre o assunto, ROURE (2000) aponta primeiramente os estudos sobre

o desenvolvimento moral de Piaget e Kohlberg nos quais o aspecto da disciplina é focalizado dentro da perspectiva do desenvolvimento moral.

Para a teoria psicogenética, a construção da autonomia representa um princípio fundamental, que deve nortear todo o processo educativo, desde o primeiro contato da criança com a escola e o saber. A perspectiva do paralelismo moral e a visão do desenvolvimento das estruturas cognitivas a partir da atividade espontânea do sujeito levam à hipótese de que o julgamento moral também decorre de processos de interação e de cooperatividade entre crianças. As relações espontâneas fornecem a base sobre a qual a criança deve construir as noções de regras, respeito mútuo e justiça e, portanto, sua autonomia moral. (ROURE, 2000)

O segundo enfoque aponta para uma abordagem pedagógica de cunho socialista que se baseia, especialmente, nas formulações de Gramsci e Makarenko. As pedagogias apoiadas em concepções socialistas

questionam as abordagens autoritárias, que contribuem para a formação de uma classe trabalhadora submissa e subserviente, assim como o espontaneísmo pedagógico, entendido como resultado da apropriação das teorias psicogenéticas e escolanovistas por parte da escola comprometida com as pedagogias ativas, ao criticarem o autoritarismo, subvertem o princípio da autoridade e instituem práticas escolares descomprometidas com a educação sólida das novas gerações e, em especial, das classes populares. (ROURE, 2000)

A terceira perspectiva apontada por ROURE (2000) é aquela que defende a possibilidade de uma organização do processo educativo fundamentada na psicologia sócio-histórica de Vygotsky, ou seja, uma educação dentro da tendência crítico social. Nelas, considera-se que:

o processo de desenvolvimento psíquico, mediado pelos elementos da cultura e por outros sujeitos, constitui-se a partir da apropriação dos modos de funcionamento psicológico e de comportamento socialmente determinados. Assim, aos poucos, as relações e as formas de controle interpessoais dão origem às ações voluntárias, autônomas e independentes que indicam uma regulação interna, intrapsicológica. A autonomia, portanto, se estrutura em

função da formação de conceitos e valores internalizados da cultura, sendo produto da ação educativa entre sujeitos e entre gerações. (ROURE, 2000)

A perspectiva psicanalítica é o quarto enfoque apontado por ROURE (2000). Nesta abordagem,

a compreensão dos meios culturais de repressão dos impulsos instintivos em função da vida social se dá através da investigação dos processos de determinação do inconsciente, possibilitando a discussão sobre o lugar da moralidade no processo de humanização do sujeito. O estudo da personalidade moral estabelece as bases conceituais para a possível compreensão do papel das figuras de autoridade, em especial da função paterna, nos processos de internalização dos padrões morais externos, numa relação dinâmica que envolve a identificação e a superação da autoridade em função da autonomia egóica. (ROURE, 2000)

A quinta abordagem apresentada pela autora é a do enfoque pós – estruturalista, muito presente nas análises foucaultianas das relações institucionais e discursivas do poder. Para os autores pós – estruturalistas, é na interface da relação entre poder e conhecimento que se constituem as condições da subjetividade contemporânea e os meios de regulação social. A psicologia, detentora do saber sobre o sujeito, acaba produzindo ou legitimando relações de poder e disciplina. (ROURE, 2000)

As discussões levantadas por ROURE (2000) no cenário educacional brasileiro, são relevantes no sentido de que não apontam para a existência de estudos marcados por uma abordagem estritamente pedagógica.

A autora, inclusive, afirma que o campo teórico apresenta-se cada vez mais complexo e multifacetado, o que pode vir a representar uma dificuldade maior de apreensão e discussão desse tema no interior da escola.

Outro autor que tem contribuído na produção teórica desta temática é Júlio Groppa Aquino, psicólogo e professor da Faculdade de Educação da USP. Nos últimos anos, dedicou-se ao estudo de temas voltados a problemas concretos da escolarização brasileira, dentre eles: as vicissitudes da relação professor-aluno,

os surtos de indisciplina e violência que entremeiam o cotidiano escolar, a apreensão escolar de temáticas controvertidas e ao mesmo tempo inadiáveis como a sexualidade e o uso/abuso de drogas; a renitente chaga do fracasso e da exclusão escolares.

AQUINO (1998) aponta para a necessidade de uma leitura fundamentalmente pedagógica da indisciplina, onde se possa compreendê-la inicialmente como um sinal, um indício de que a intervenção não está se processando a contento e que seus resultados não se aproximam do esperado. Discorrendo sobre a idéia oportuna a respeito das novas resignificações das práticas escolares, ele sinaliza algumas premissas pedagógicas fundamentais sugerindo alguns princípios éticos que são apontados como balizadores do trabalho docente .

O primeiro elemento básico apontado por AQUINO (1998) é o de que a *ação do professor deve ater-se ao seu campo de conhecimento e suas regras particulares de funcionamento*. Na relação professor-aluno, núcleo do trabalho pedagógico, *deve haver a distinção entre os papéis de aluno e de professor* – e este é o segundo elemento. O terceiro dado importante é que *a sala de aula, contexto privilegiado para a administração de conflitos, é o espaço onde se devem equacionar os obstáculos para atingir uma possível excelência profissional*. O último princípio ético apontado como elemento básico é o *contrato pedagógico*. O “código” de regras comuns, definido no início do ano letivo ou do curso, restrito ao campo do conhecimento acumulado, deve ser explicitado para todos os envolvidos a fim de que sejam partilhadas e conhecidas por aqueles que se encontram no jogo escolar, mesmo que elas tenham de ser lembradas ou transformadas todos os *dias*.

Outro autor que sugere uma leitura fundamentalmente pedagógica da indisciplina é FURLÁN (1998). Este autor mexicano afirma a existência de poucas pesquisas realizadas neste campo por pedagogos de formação e que a “escassez de investigações é tão flagrante como a importância atual desta problemática. [...] Aos pedagogos universitários nos toca acompanhar e aprender

com os atores, enquanto se desperta nossa pouco ágil maquinaria de investigação. (FURLÁN,1998, p.625)

O fato de ter uma trajetória enquanto pedagoga da Rede Estadual de Ensino do Paraná, ora exercendo a função de Orientadora Educacional, portanto, trabalhando mais especificamente com alunos, ora trabalhando com Supervisão Escolar o que me permite desenvolver o trabalho pedagógico voltado ao assessoramento do trabalho docente com vistas ao desenvolvimento da aula,⁴ tem me levado a refletir sobre uma abordagem diferente das apresentadas pelas pesquisas até este momento. O percurso que tenho percorrido nos estudos após a graduação têm se dirigido na busca de alternativas que colaborem no processo de ensino no interior da escola e que contribuam para amenizar a problemática da indisciplina e do fracasso que tanto aflige os educadores, alunos e comunidade escolar de forma geral.

Familiarizada com a questão da indisciplina e do fracasso não apenas por atuar na escola pública, mas por reconhecer sua relevância política, social e didática, tomou-se como tema de pesquisa para a dissertação a (in)disciplina sob o enfoque pedagógico.

O levantamento bibliográfico apontou até agora apenas um trabalho de pesquisa propondo uma “concepção problematizadora” como prática de superação da indisciplina escolar e, conseqüentemente, a busca da qualidade do processo educativo e da libertação do homem. Esta pesquisa foi realizada numa escola municipal de São Paulo e teve suas análises baseadas no conceito de educação bancária” de Paulo Freire.

Portanto, o caminho até agora percorrido tem a preocupação em compreender as manifestações de indisciplina na relação pedagógica em seu

⁴ Não é interesse aqui discutir a divisão do trabalho pedagógico que ainda persiste, embora muito se discuta, mas sim evidenciar a trajetória da profissional em relação com o tema deste trabalho.

sentido restrito, que abrange a relação professor- aluno e aluno-aluno dentro de situações pedagógicas”. (...) Não há relação pedagógica que não se inscreva num quadro complexo de relações mediatizadas pelo saber e pelas condições institucionais criadas para essa transmissão/apropriação. O saber é portanto o primeiro condicionante da relação pedagógica. È a volta dele que se articulam os aspectos formativos e os aspectos sociais do desenvolvimento do aluno visados pela intervenção do agente educativo. (ESTRELA,1994, p.32)

Pretende-se contribuir para a busca de novos paradigmas/concepções para o trabalho pedagógico, o que se constitui um desafio e remete à busca de novas metodologias, novas formas de gestar o processo educacional no interior da escola.

Através das idéias apontadas, espera-se estar contribuindo para reflexões na escola pública, na direção de busca de algumas alternativas e mudanças de atitude, exigidas na contemporaneidade, no que se refere à educação/formação do aluno.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. In Revista da Faculdade de Educação, USP, São Paulo, v.24, n.2, p.181-204, jul./dez.1998.

_____ **Indisciplina na escola alternativas teóricas e práticas**. organização Julio Groppa Aquino. São Paulo: Summus, 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Porto Alegre:Artmed,2000.

DOTTI, Corina. Fracasso escolar e classes populares. In: **Paixão de Aprender/ FREIRE, M.; GROSSI E, org.**, Petrópolis: Vozes, 1992.

ESTRELA, Maria Teresa. **Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto Editora, 1994.

FONSECA, Elizabeth S.; SZENCZUK, Dorotea P. **(In) disciplina na escola pública: uma contribuição à reflexão sobre a práxis educativa na atualidade**. Curitiba, 2001. Monografia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

FURLÁN, Alfredo. **Problemas de Indisciplina en las escuelas de México: el silencio de la pedagogía.** In: Perspectivas: revista trimestral de educación comparada, vol. XXVIII, n° 4, p.611 à 627, diciembre/1998.

LA TAILLE, Yves de. **Limites: três dimensões educacionais.** 2ª ed., São Paulo: Ática, 1999.

LIMA, Ana Laura G. **De como ensinar o aluno a obedecer (um estudo dos discursos sobre a disciplina escolar entre 1944 e 1965).** São Paulo,1999. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, USP.

RANGEL, Edilma. **Criminalidade atrai a geração shopping center.** Gazeta do Povo, Curitiba,27 abr. 1997.

REBELO, Rosana A. **Indisciplina escolar: causas e sujeitos (a educação problematizadora como proposta real de superação).** Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

ROURE, Susie. **Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação.** Goiânia, 2000. Dissertação de Mestrado. Educação. Universidade de Goiás.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação.** 30 ed., Campinas: Autores Associados, 1995.

SILVA, Luiz c. Faria. **Disciplina escolar e transformação social: uma interação necessária.** Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1994.

